



COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

CNPJ Nº 92.952.043/0001-95 em liquidação
Av. Praia de Belas, 1768 - Porto Alegre - RS



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício encerrado em 31/12/2020.

As ações realizadas neste exercício visaram o prosseguimento dos atos de liquidação da companhia, em fiel cumprimento as determinações dispostas na Lei Estadual nº 15.183/2018.

O relatório completo dos atos da gestão será disponibilizado no site www.cesa.rs.gov.br.

Porto Alegre, 17 de novembro de 2021.

A DIRETORIA:

Neste exercício ora submetido aos acionistas, foram administradores da Companhia: João Ervino Fischer (Presidente Liquidante); Luiz Eduardo Barbosa (Diretor Administrativo e Financeiro) e Marcos Brum Peixoto (Diretor Técnico Comercial).

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Conta	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$	Conta	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	18.976.092,35	29.594.221,32	CIRCULANTE	43.167.350,70	35.670.630,78
EQUIVALENTES DE CAIXA	3.997.773,78	309.358,98	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	43.167.350,70	35.670.630,78
Caixa Geral (4)	5.261,91	304.538,52	Fornecedores	801.195,00	2.068.210,33
Outras disponibilidades (4)	3.989.834,24	0,00	Obrigações Operacionais (12)	14.484.020,65	23.056.154,93
Bancos Conta Movimento (4)	2.677,63	4.820,46	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais (13)	8.726.905,14	4.990.968,36
CRÉDITOS	982.920,62	7.569.980,83	Obrigações Tributárias a Recolher (14)	4.061.381,44	5.001.979,84
Créditos de Clientes (5)	200.705,41	4.163.200,28	Outros Passivos (15)	15.093.848,47	553.317,32
Títulos e Créditos a Receber (6)	232.691,68	870.522,62	NÃO CIRCULANTE	593.995.875,69	473.517.349,53
Impostos a Recuperar (7)	548.581,19	2.536.257,93	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	593.995.875,69	473.517.349,53
Adiantamentos	942,34	0,00	Obrigações Operacionais (12)	6.300.000,00	6.300.000,00
ESTOQUES (3-f)	13.995.397,95	21.714.881,51	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais (13)	0,00	1.073.706,26
Estoques Materiais de Consumo - Almoarifado	166.975,22	135.006,40	Obrigações Tributárias a Recolher (14)	8.978.068,51	3.317.056,59
Estoques Prod. Agrícolas Próprio	0,00	8.695,20	Provisões e Passivos Contingentes (16)	175.242.212,36	115.949.185,18
Estoques Prod. Agrícolas Consignado (Terceiros)	13.797.510,94	21.485.463,06	Adiantamento p/Aumento de Capital Social (17)	355.186.195,03	325.779.733,88
Estoques de Insumos	30.911,79	85.716,85	Impostos Diferidos (10)	30.321.132,15	0,00
NÃO CIRCULANTE	145.446.125,74	123.478.604,66	Outros Passivos (15)	17.968.267,64	21.097.667,62
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.256.722,27	7.949.063,60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-472.741.008,30	-356.115.154,33
Depósitos Compulsórios	0,00	454.410,73	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO (18)	193.337.426,39	193.337.426,39
Depósitos Judiciais (8)	2.026.864,98	7.247.413,60	Capital Autorizado	350.000.000,00	350.000.000,00
Provisões Cíveis (9)	2.123.844,20	247.239,27	(-) Capital a Integralizar	-156.662.573,61	-156.662.573,61
Impostos Diferidos (10)	37.106.013,09	0,00	RESERVA DE CAPITAL	8.903.199,55	8.903.199,55
INVESTIMENTOS	42.659,04	46.073,08	Créditos p/Aumento de Capital	8.903.199,55	8.903.199,55
Participações em Outras Sociedades	42.659,04	42.659,04	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	58.858.668,28	126.775.628,36
Participações por Incentivos Fiscais	0,00	4.557,18	Ajuste Patrimonial	58.858.668,28	126.775.628,36
Provisões p/Perdas em Investimentos	0,00	-1.143,14	LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	-733.840.302,52	-685.131.408,63
IMOBILIZADO (11)	104.007.614,51	115.344.338,06	Prejuízos Acumulados	-651.389.399,27	-645.669.947,36
Bens em Operação	125.233.386,59	136.229.197,61	Prejuízo do Exercício	-82.450.903,25	-39.461.461,27
Depreciações Acumuladas	-21.225.772,08	-20.884.859,55	TOTAL PASSIVO	164.422.218,09	153.072.825,98
INTANGÍVEL (3-g)	139.129,92	139.129,92			
Marcas e Patentes	4.379,92	4.379,92			
Software ou Programa de computador	134.750,00	134.750,00			
TOTAL ATIVO	164.422.218,09	153.072.825,98			

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
Componentes	31/12/2020 R\$	31/12/2019 R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-82.450.903,25	-39.461.461,27
AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO:	-35.394.556,29	-29.066.106,14
Depreciação do Exercício	-1.219.605,57	-8.819.339,28
Ajuste de Exercícios Anteriores	-34.174.950,72	-20.246.766,86
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO PASSIVO:		
Varição de Créditos e Estoques	14.306.543,77	22.843.153,34
Varição Realizável Longo Prazo	-33.307.658,67	-1.445.286,13
Varição Passivo Circulante	7.496.719,92	-26.358.831,78
Varição Exigível a Longo Prazo	31.779.037,83	1.936.513,42
Varição Provisões e Passivos Contingentes	59.293.027,18	-31.132.143,49
Aumento Adiantamento para Aumento de Capital	29.406.461,15	27.776.966,89
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	108.974.131,18	-3.489.055,49
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições/Baixas de Ativo Imobilizado	12.556.329,12	47.723.672,85
Aquisições/Baixas de Investimentos	3.414,04	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	24.592.531,45
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	12.559.743,16	72.316.204,30
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	3.688.414,80	299.581,40
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	309.358,98	9.777,58
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	3.997.773,78	309.358,98
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	3.688.414,80	299.581,40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA - EM LIQUIDAÇÃO é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR, e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem, assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos confiados a sua guarda, regular o fluxo e facilitar a sua comercialização, e não está enquadrada como Empresa de Grande Porte, nos termos da Lei nº 11.638/07.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS: a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando as alterações promovidas pelas Leis: 11.638/07 e 11.941/09 e dentro de nosso contexto operacional, observando a adequação às normas internacionais de contabilidade. b) As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Os Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. b) A fim de atender as determinações da Lei nº 11.638/07 e legislações fiscais pertinentes foi realizado o inventário ou Levantamento Físico de todas as unidades da CESA, com a conciliação físico x contábil, processo pelo qual se fez a auditoria e saneamento da base contábil, apontando as sobras contábeis a serem segregadas do processo de análise e baixadas, excluindo dos reflexos contábeis as depreciações de bens inexistentes. c) A obrigatoriedade da realização do inventário está contida no item 34 do ICPC 10 que determina a necessidade da verificação in loco para a localização física e correlação com os registros contábeis ou razões auxiliares, pois os resultados do inventário patrimonial podem trazer números inesperados, ou seja, sobras contábeis em quantidades relevantes que impactem de forma significativas nos resultados contábeis e, por consequência, refletindo nos resultados dos trabalhos. d) Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação. Relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo (conforme definido no item 8 - Definições - do Pronunciamento CPC 04) em seus saldos iniciais. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. Assim, todos os procedimentos inerentes às determinações expressadas na Lei nº 11.638/2007, da Resolução nº 1.159 de 13/02/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01, 27, 37 e 43, inclusive o Teste de Recuperabilidade, foram realizados no exercício de 2015. Desta prática executada resultou nesta época a conta AJUSTE PATRIMONIAL no Patrimônio Líquido. A companhia no exercício de 2020 não realizou os testes de recuperabilidade. e) Apuração do Resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. f) Estoques: o estoque de insumos material de consumo é avaliado pelo método Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS) e os estoques de produtos agrícolas próprios e consignados (terceiros) são avaliados ao preço de mercado. g) Intangível: o intangível está representado por investimentos em marcas e patentes e softwares.

4. CAIXA E BANCOS: Refletem os saldos existentes nas unidades no encerramento do Balanço Patrimonial em 31/12/2020. O saldo de R\$ 3.997.773,78 na conta de outras disponibilidades, refere-se a cheques administrativos que a companhia possui em seu poder de liquidez imediata.

5. CRÉDITOS DE CLIENTES: O valor de R\$ 200.705,41 refere-se a prestação de serviços de armazenagem e vendas de produtos agrícolas próprios.

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER: O grupo de Títulos e Créditos a Receber está assim composto:

Títulos e Créditos a Receber	31/12/2020	31/12/2019
INSS a Recuperar	-	125.087,97
Devedores pessoas físicas e jurídicas	232.691,68	745.434,65
TOTAL	232.691,68	870.522,62

7. IMPOSTOS A RECUPERAR: O grupo de impostos a recuperar está assim composto:

Impostos a Recuperar	31/12/2020	31/12/2019
FEDERAL	280,70	1.226.820,58
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a Compensar	-	828.248,83
Contrib. p/Financ. da Seg. Social (COFINS) a Compensar	230,63	335.101,06
Programa de Integração Social (PIS) a Compensar	50,07	9.937,36
Contr. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Compensar	-	53.533,33
ESTADUAL	510.409,32	1.235.962,62
ICMS a Recuperar	510.409,32	1.235.962,62
MUNICIPAL	-	382,47
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a Compensar	-	382,47
IMPOSTOS A RESTITUIR	37.891,17	73.092,26
Impostos a Restituir - 2014-RFB	29.861,80	67.303,55
Impostos a Restituir - 2011-RFB	89,10	1.080,15
Impostos a Restituir - 2012-RFB	1.548,53	1.518,52
Impostos a Restituir - 2013-RFB	-	160,60
Impostos a Restituir - 2015-RFB	3.029,44	3.029,44
Impostos a Restituir - 2020-RFB	3.362,30	-
TOTAL	548.581,19	2.536.257,93

Na conciliação da rubrica foi analisada a recuperabilidade dos saldos existentes os quais foram devidamente ajustados.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS: A conta Depósitos Judiciais decorrente de interposição de recursos, está composta por:

Depósitos Judiciais	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais Trabalhistas	2.026.864,98	6.451.791,33
Outros Depósitos	-	182.244,10
Valores Bloqueados	-	613.378,17
TOTAL	2.026.864,98	7.247.413,60

9. PROVISÕES CÍVEIS - O valor de R\$ 2.123.844,20 se trata de processos impetrados pela Companhia para recebimento de valores de pessoas físicas e jurídicas.

10. IMPOSTOS DIFERIDOS - Os impostos diferidos estão assim composto:

Impostos Diferidos	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	27.283.833,15	-
CSLL	9.822.179,94	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	37.106.013,09	-
IRPJ	22.294.950,11	-
CSLL	8.026.182,04	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	30.321.132,15	0,00

11. IMOBILIZADO - Os valores do imobilizado após a adequação a Lei 11.638/2007:

Imobilizado	31/12/2020	31/12/2019
Equipamentos	15.415.648,13	16.451.530,96
Material Permanente	1.225.197,16	1.314.112,25
Edificações	44.388.258,47	47.061.264,14
Terrenos	64.022.122,49	71.180.600,81
Veículos Automotores	182.160,34	221.689,45
BENS EM OPERAÇÃO	125.233.386,59	136.229.197,61
Depreciações Acumuladas de Equipamentos	-10.069.601,39	-10.408.696,26
Depreciações Acumuladas de Material Permanente	-787.344,00	-695.218,21
Depreciações Acumuladas de Edificações	-10.199.344,72	-9.600.392,10
Depreciações Acumuladas de Veículos	-169.481,97	-180.552,98
DEPRECIACIONES ACUMULADAS	-21.225.772,08	-20.884.859,55
TOTAL IMOBILIZADO	104.007.614,51	115.344.338,06

12. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS: O saldo de Obrigações Operacionais está assim composto:

Obrigações Operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de Clientes	0,00	2.746,82
Cretores Operacionais	686.509,71	294.322,74
Produtos Agrícolas de Terceiros - Armazenados	13.797.510,94	22.759.085,37
TOTAL CIRCULANTE	14.484.020,65	23.056.154,93
Adiantamento Resilição Contratual	6.300.000,00	6.300.000,00
TOTAL NÃO CIRCULANTE	6.300.000,00	6.300.000,00

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS: As Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais estão compostas por:

Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	31/12/2020	31/12/2019
Acordos Trabalhistas a Pagar	6.025.658,46	1.407.276,71
Salários e Encargos Sociais a Pagar	1.550.712,48	2.364.563,42
Provisões de Férias e Encargos Sociais	1.150.534,20	1.219.128,23
TOTAL CIRCULANTE	8.726.905,14	4.990.968,36
Acordos Trabalhistas a Pagar	-	1.073.706,26
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	1.073.706,26

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PARCELAMENTOS A RECOLHER: As Obrigações Tributárias apresentam a seguinte composição:

Obrigações Tributárias e Parcelamentos a Recolher	31/12/2020	31/12/2019
PIS/PASEP a Recolher	9.992,75	67.588,63
PIS - Parcelamento	-	2.326,26
COFINS A Recolher	-	314.655,49
Tributos Federais Retidos	13.771,62	16.969,24
IPTU a Recolher	302.320,97	394.171,57
Multas Infrações Fiscais/Tributárias	-	92.789,81
IRRF a Recolher	467.351,79	2.199.463,70
IRRF - Parcelamento	717.579,24	277.798,08
ISSQN a Recolher	299	

